

JUVENTUDE COMO QUESTÃO SOCIAL E FOCO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

ANDRÉ WILLIANS SOUZA MARIANO¹; MÁRCIO BARCELOS²

¹*Acadêmico de Gestão Pública na Faculdade de Administração e Turismo da Universidade Federal de Pelotas (FAT-UFPel) – andremarianocontato@gmail.com*

²*Professor no Departamento de Administração da Faculdade de Administração e Turismo da Universidade Federal de Pelotas (FAT-UFPel) – barcelosmarcio@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

O modo como a sociedade e, consequentemente, o setor público vê a inserção da juventude, no contexto social e político, sofreu e sofre mudanças continuadamente (DAYRELL, 2003). A evolução da concepção do jovem como questão social, somada a sua participação política e como agente de mudanças sociais, o estabelece como sujeito de direitos e como foco de políticas públicas. Desta forma, o presente resumo tem como objetivo esboçar uma discussão sobre a relação entre as diversas questões e especificidades envolvendo a juventude do Brasil e as ações do poder público como forma de atender as demandas existentes. Trata-se de uma pesquisa introdutória - num estágio inicial - que faz uma primeira exploração do tema, com vistas a auxiliar pesquisas futuras. Por conseguinte, utilizou-se o método de pesquisa bibliográfica.

Apesar da discussão sobre o jovem ter crescido e se institucionalizado no país, a sua complexidade demanda maiores esforços no sentido de consolidar políticas públicas capazes de eliminar problemas crônicos da sociedade brasileira como o analfabetismo, o desemprego e a morbidade - esta última fortemente ligada às questões de saúde e comportamentos de risco. Sendo assim, este trabalho tende a ser mais um participante do debate em torno deste importante tema, podendo auxiliar na elaboração e implementação de ações com foco no público juvenil.

2. METODOLOGIA

O trabalho foi realizado utilizando o método científico de revisão bibliográfica, por meio da leitura de livros e artigos relacionados à temática, visando estabelecer a análise dos dados. Desta forma se chegou aos resultados.

A pesquisa possui cunho de análise qualitativa, através das informações organizadas por pesquisadores e estudiosos relacionados à dinâmica social dos jovens brasileiros e das ações do governo federal a fim de atender suas reivindicações e sanar as necessidades.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo AQUINO (2009), a juventude começa a ser vista como questão social a partir de dois enfoques principais. Primeiro, pelos problemas que são relacionados aos jovens e que exigiriam uma série de medidas, por parte do restante da sociedade, no sentido de enfrentá-los e solucioná-los. A outra abordagem é que, ao jovem, compete a etapa de transição para a vida adulta. Deste modo se exige que haja uma “preparação do jovem” para que, no futuro, ele seja um adulto produtivo e socialmente ajustado.

Esta definição do jovem como componente social denota um caráter homogêneo e simplista no modo de entender suas questões e demandas. Homogêneo por tratar a juventude como uma só, dividindo-a apenas por uma faixa de idade - colocando-a entre os períodos da infância e da vida adulta; simplista por desconsiderar a infinidade de questões advindas da diversidade existente entre os jovens brasileiros, sejam elas raciais, psicológicas, regionais, de gênero, entre outras.

Tradicionalmente, as ações do setor público para a juventude se resumiam em geração de empregos e políticas de educação, visando uma melhor preparação do jovem em sua etapa transitória à vida adulta e ao mercado de trabalho; ou de segurança e saúde, tendo como principal foco a resolução dos problemas que seriam relacionados à juventude - aspectos como a violência e o comportamento de risco (AQUINO, 2009).

Paralelamente a estas medidas, que ainda não caracterizavam “políticas públicas instauradas e efetivas”, começaram a surgir grupos e representações juvenis em diversos campos sociais - cultura, político-partidário, estudantil, esportivo, religioso, em prol da igualdade de gênero, entre outros - cujos quais cobravam do poder público que este reconhecesse seus problemas específicos e passasse a tratar o jovem como sujeito de direitos (SILVA; ANDRADE, 2009).

A mobilização social e política modificou as definições do jovem como parte da sociedade, passando a interpretar a pluralidade existente, e fez dele um participante ativo na esfera política nacional. Com isso, tem início a mudança de um quadro em que o poder público pouco fazia (ou fazia desorganadamente) para atender as demandas dos jovens brasileiros, passando a entendê-los como foco e partícipe de discussões e ações de governo.

De acordo com ALMEIDA e NASCIMENTO (2011) e AQUINO (2008), esse quadro mudou quando se criou uma estrutura institucional para discussão das questões juvenis. Através do diálogo entre o governo federal e os diversos movimentos sociais surgiram iniciativas como a criação da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República (SGPR), e o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), órgão de articulação entre governo e sociedade civil, consultivo e propositivo. Segundo AQUINO:

“A partir das dificuldades enfrentadas e das potencialidades desenvolvidas nesses espaços, surgem necessidades e demandas específicas de uma juventude que ganha valor em si mesma - e não apenas como fase preparatória para a vida adulta ou etapa crítica do ciclo de vida - e reivindica “políticas de juventude” capazes de aliar a cobertura em relação às situações de risco social com a construção de múltiplas oportunidades de inserção dos jovens nas esferas da vida nacional.” (AQUINO, 2008)

A partir disso, o governo federal passou a identificar fragilidades nas ações voltadas ao público jovem e viu como urgente a necessidade da criação de uma instância que norteasse a política nacional de juventude. Além do mais, criam-se desafios a serem vencidos - metas estipuladas - e programas, de caráter emergencial, que fossem capazes de saldar a dívida social do país, contemplando jovens excluídos - pela cor, classe social, gênero, região, entre outros. (SILVA; ANDRADE, 2009)

A efetivação e consolidação desta política nacional de juventude ainda está em percurso, porém o simples fato de avançarmos na discussão sobre o papel do jovem na sociedade e de criarmos políticas públicas mais abrangentes e voltadas ao caráter diverso deste grupo (Tabela 1), evidencia conquistas consideráveis.

Tabela 1
Principais programas do governo federal para a juventude

Educação	Programa Brasil Alfabetizado; Programa Escola Aberta; Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio (Promed); Programa de Interação da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja); Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM); Projeto Rondon; Programa Universidade para Todos (ProUni).
Emprego	Programa Escola de Fábrica; Programa Soldado Cidadão; Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE); Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem).
Zona Rural	Programa Nossa Primeira Terra; Programa Pronaf Jovem; Programa Saberes da Terra.
Esporte	Programa Bolsa-Atleta; Programa Segundo Tempo.
A. Social	Projeto Agente jovem.
Cultura	Programa Cultura Viva.
Meio Ambiente	Programa juventude e Meio Ambiente.

Fonte: Secretaria-Geral da Presidência da República
Elaboração do autor.

Assim, observa-se uma orientação de dialogar com a dúvida social do país. A avaliação sobre os objetivos e o público-alvo desses programas destaca a qualificação profissional e a aceleração da aprendizagem de jovens de baixa renda que não tiveram acesso à educação básica de qualidade e que, consequentemente, tem dificuldades em adentrar ao mercado de trabalho. Para SPOSITO e CARRANO (2003), com relação a este tema, dois conceitos passaram a vigorar nos assuntos do governo federal: o protagonismo juvenil e a situação de risco que enfrentam muitos jovens. Este comportamento exibe a forma como se passou a discutir e construir as políticas públicas para os jovens no Brasil e também quais as prioridades que foram inseridas na agenda pública.

4. CONCLUSÕES

Neste trabalho foi realizada uma primeira abordagem sobre o tema da juventude no Brasil, considerando sua inserção social e as políticas públicas voltadas a esta categoria. A análise realizada tem o intuito de auxiliar futuras pesquisas neste campo temático.

No Brasil as questões juvenis costumeiramente eram vistas por um olhar obsoleto - pouco abrangente e bastante simplista - resultando em limitadas ações por parte do poder público para esse grupo. A mobilização social e política fez com que se organizasse e se estruturasse a discussão em torno das pautas juvenis. A institucionalização dos espaços de discussão, tais como a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), teve como resultado a construção de políticas públicas a partir de uma agenda que inclui problemas e temáticas específicas desta categoria. Dentre principais programas analisados, nota-se o anseio de diminuir as diferenças no acesso à educação e das oportunidades de inserção no mercado de trabalho.

Dessa maneira se conclui que, inicialmente, essa estratégia pode resultar em uma diminuição da desigualdade ainda encontrada entre os jovens brasileiros,

dos quais muitos ainda se encontram em situação de vulnerabilidade social. Tais programas podem aumentar o índice de alfabetização e escolaridade, resultando em uma melhor inserção no mercado de trabalho. Apesar disto, como afirma SILVA e ANDRADE (2009), resumir a intervenção pública neste grupo a ações desta natureza não traduz em uma solução definitiva e socialmente justa. Esta somente será alcançada quando estiverem assegurados efetivamente o acesso à saúde, moradia, saneamento, educação de qualidade, cultura e lazer a todas as camadas da juventude brasileira.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, n.24, p. 40-52, set./out./nov./dez. 2003.
- AQUINO, L. A juventude como foco das políticas sociais. In: CASTRO, J. A.; AQUINO, L. M.; ANDRADE, C. C. (Org.) **Juventude e Políticas Sociais No Brasil**. Brasília : Ipea, 2009. Introdução, p. 25-39.
- SILVA, E. R. A.; ANDRADE, C. C. A política nacional de juventude: avanços e dificuldades. In: CASTRO, J. A.; AQUINO, L. M.; ANDRADE, C. C. (Org.) **Juventude e Políticas Sociais No Brasil**. Brasília : Ipea, 2009. Cap. 1, p.43-69.
- ALMEIDA, R. O.; NASCIMENTO, N. I. M. Políticas públicas de juventude: dilemas entre avanços e descontinuidades. **Perspectivas em Políticas Públicas**, Belo Horizonte, v. 4, n. 7, p. 99-126, jan./jun. 2011.
- AQUINO, Luseni. A juventude em questão. **Desafios do desenvolvimento**, Brasília, abr. 2008. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=935:catid=28&Itemid=23. Acesso em: 15 julho 2016.
- Secretaria-Geral da Presidência da República. *Guia de Políticas Públicas de Juventude*. Brasília : SGPR, 2006. 48 p.
- SPOSITO, M. P.; CARRANO, P. C. R. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, p. 16-39, set./out./nov./dez. 2003.